

A ESCOLA E O ARQUIVO ESCOLAR: DISCUTINDO POSSIBILIDADES DE INTERLOCUÇÃO ENTRE ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Nadia Gaiofatto Gonçalves – UFPR

Eixo Temático 7 - Arquivos, centros de documentação, museus e educação

Introdução

No campo da História da Educação vem se desenvolvendo um esforço no sentido de preservar e organizar os arquivos escolares, compreendidos como locais de memória, fundamentais para o estudo dos processos de escolarização, da cultura escolar, entre outros. Simultaneamente a esta preocupação, algumas propostas, como a de inserção de documentos da própria instituição no trabalho em sala de aula, ou ainda de projetos envolvendo a reconstrução da história da instituição e da comunidade escolar, vêm se desenhando fortemente, e este trabalho se propõe a abordar algumas dessas possibilidades.

Assim, o objetivo central deste trabalho é discutir como os arquivos históricos escolares podem constituir-se em locais e caminhos profícuos de trabalho para o historiador, para o professor de história e para a própria escola, interessados na temática da memória local, além de propiciarem um diálogo entre a Universidade e a escola, e entre esta e a comunidade.

A discussão terá como base iniciativas desenvolvidas na Universidade Federal do Paraná em 2005 e 2006, relacionadas ao tema. São elas:

- a criação do Centro de Documentação e Pesquisa em História da Educação – CDPHE, em maio de 2005, que encontra-se em fase de organização do acervo bibliográfico – site: www.educacao.ufpr.br/cdphe;

- o projeto de pesquisa “Arquivo escolar do Colégio Estadual do Paraná: investigação sobre seu tratamento, ao longo da história da instituição, com base no levantamento, organização e catalogação do acervo documental”, iniciado em março de 2006. Esta é uma Unidade Escolar com história muito específica no Paraná e em Curitiba, criada em 1846, a ela estão relacionados grandes nomes da história paranaense, e há uma invejável infra-estrutura física, um planetário, e um Museu escolar, entre outros. O projeto conta com uma bolsista CNPq de Iniciação Científica, e um aluno voluntário do ensino médio do Colégio, em seu desenvolvimento. Ambos estão em fase inicial de organização do acervo documental guardado no Museu do Colégio, que, por ser a parte mais antiga da documentação, foi escolhida como o primeiro conjunto documental a ser averiguado;

- o projeto do Programa Licenciador, intitulado “O arquivo escolar como eixo articulador de atividades de ensino, pesquisa e extensão: diálogos possíveis na escola e entre a Universidade e a escola”, que conta com duas bolsistas da UFPR, que desenvolvem levantamento bibliográfico sobre o tema, e monitoria no Curso de Extensão. A fase seguinte das atividades é sistematização das leituras e reflexões, para produção do material escrito.

- o Curso de Extensão intitulado “Pesquisa em História da Educação e Ensino de História”, ofertado em parceria do CDPHE com o Projeto Licenciador, aberto a alunos da UFPR e a professores da rede pública de ensino, em setembro e outubro de 2006; e

- a proposta de, ao final do curso de extensão, organizar um grupo de estudos com os participantes, visando a aprofundar a discussão sobre possibilidades de uso de documentos do arquivo histórico escolar em aulas e em atividades e projetos da escola.

Tais iniciativas estão articuladas entre si, e têm como base as discussões que seguem.

O arquivo escolar como fonte de pesquisa

O debate acerca dos arquivos escolares tem se tornado mais freqüente a partir da década de 1990, no Brasil, aliado às questões colocadas pela História Cultural, cujo interesse e uso de referenciais têm sido crescentes, na História da Educação.

Entre os trabalhos que buscam discutir essa relação, pode-se destacar o de Thais N. L. Fonseca (2003), que aponta sentidos, possibilidades e limites desse diálogo no Brasil, defendendo que “a história da educação, como especialização da história, ou, dito de forma mais consistente, como campo temático de investigação, não tem fronteiras a definir com a história cultural. Antes, utiliza seus procedimentos metodológicos, conceitos e referenciais teóricos, bem como muitos objetos de investigação” (p.59).

Nesta perspectiva, a definição de Chartier a respeito da História Cultural, como “uma história dos objetos na sua materialidade, uma história das práticas nas suas diferenças e uma história das configurações, dos dispositivos nas suas variações” (1988, p.45) é bastante sugestiva em possibilidades para o estudo das Instituições Educacionais.

As questões referentes à cultura escolar e a fontes que permitam sua percepção e estudo, acabam por fazer voltar os olhares aos arquivos escolares, em busca de registros documentais que permitam a reconstituição da cultura material escolar das instituições educativas.

A escola produz em seu cotidiano, diversos tipos de documentos e registros, exigidos pela administração e pelo cotidiano burocráticos, que perpassam inclusive seu âmbito pedagógico. Há toda uma legislação que orienta essa produção, como exigência para a legalidade das ações da instituição, envolvendo seu funcionamento, e a organização e controle de suas atividades. Além disso, pode-se encontrar no arquivo escolar outros tipos de documentos que excedem a determinação legal, como fotografias, jornais produzidos pela escola, cadernos de alunos, recortes de jornais com matérias referentes à instituição, bilhetes, entre outros.

Estes documentos comprobatórios do cotidiano da instituição escolar constituem registros que foram produzidos “por instituições ou indivíduos singulares, tendo em vista não uma utilização ulterior, e sim, na maioria das vezes, um objetivo imediato, espontâneo ou não, sem a consciência da historicidade, do caráter de ‘fonte’ que poderia[m] vir a assumir mais tarde.” (ROUSSO, 1996, p.87).

Tendo sido produzidos com maior ou menor consciência ou intencionalidade – o que pode ocorrer, em alguma medida, em documentos oficiais, como atas ou relatórios, por exemplo –, tais documentos registram e constituem a cultura material escolar, específica daquela instituição, e que “modela e é modelada pela cultura social” (MENEZES, 2005, p.4). Ou seja, são testemunhos da vida institucional, da sua cultura e memória, com as particularidades da escola que os produziu. Nesse sentido, se considerado para a compreensão da instituição, internamente a ela.

Porém, pode-se ir mais além, no uso do arquivo escolar e na busca da compreensão e da explicação da existência histórica de uma instituição. Segundo a proposição de Magalhães (1999), deve-se, “sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, [...] por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico” (p.64).

São vários os autores que têm se preocupado, na História da Educação, e mais especificamente na história das instituições educacionais, com a discussão sobre a relevância de estudos referentes aos arquivos escolares, e também sobre sua conservação, organização, e mesmo suas possibilidades enquanto fontes para estudos da área. Clarice Nunes e Marta Carvalho já levantavam essa questão, na 15ª Reunião Anual da Anped:

[...] a compreensão crítica da trajetória da educação no nosso país fica comprometida não só pelo desconhecimento dos acervos existentes nos arquivos, mas também pela ausência de uso de acervos organizados e disponíveis para a pesquisa [...]. Por essas razões,

trabalhos que priorizem a localização de acervos, e a discussão em torno de levantamentos já existentes, são fundamentais para a renovação da prática da pesquisa histórica no campo da educação [...] Mapear fontes é, portanto, preparar o terreno para uma crítica empírica vigorosa que constitua novos problemas, novos objetos e novas abordagens. (1992, p.30 – apud MORAES e ALVES, 2001, p.45-46))

Em concordância, e mais recentemente, Ragazzini (2001) afirma:

[...] é de grande importância o desenvolvimento de uma consciência e de uma prática documentária de individualização, catalogação e conservação dos documentos. As novas identidades da História da Educação foram muito discutidas, assim como as possibilidades de uma aproximação inovadora com a história da escola, contudo, enquanto permanecemos sem uma prática de documentação adequada, permaneceremos no âmbito das discussões acadêmicas ou do pioneirismo. Uma historiografia mais sofisticada requer uma inovação no uso das fontes e isto não será possível sem uma nova prática de pesquisa, uma nova prática arquivista e uma nova sensibilidade documentária. (p.26)

Maria João Mogarro (2005), de Portugal, além de ressaltar a relevância dos arquivos enquanto fontes para o estudo da História da Educação, apresenta um quadro muito instigante de possibilidades de temas a serem investigados, a partir de documentos de arquivos escolares, classificando catorze tipos de documentos, indo de atas do Conselho Escolar, Matrículas, Processos de Alunos, Correspondências, Trabalhos de alunos, Fotografias e imagens, entre outros, sugerindo temáticas e problemas, a partir de cada um deles.

Em outra proposição, que trata da história das instituições educacionais, Justino Magalhães destaca como o arquivo escolar é fonte essencial, uma vez que a trajetória da instituição é construída “da(s) memória(s) para o arquivo e do arquivo para a memória” (1998, p.61), buscando-se integrar uma análise multidimensional desse itinerário. Contrapondo-se à relevância e riqueza do material encontrado nos arquivos escolares, o autor também destaca sua preocupação com seu estado de guarda e conservação, indicando que a situação nas instituições educacionais de Portugal não é tão distinta daquela encontrada nas do Brasil:

[...] Sede privilegiada de uma multiplicidade de acções humanas, pedagógicas, culturais, sociais, afectivas, produto de um quotidiano sempre reinventado, da instituição educativa não resta por vezes mais que um resíduo documental, irregularmente repartido no tempo e pouco representativo, nomeadamente no que se refere à riqueza do quotidiano escolar.

Com efeito, a uma gestão do acto pedagógico de uma forma geral muito selectiva, relativamente à quantidade e à qualidade da informação que os intervenientes entendem dever conservar, [...] tem vindo a associar-se, por outro lado, a ausência de uma política esclarecida sobre a conservação, preservação e organização documental, pelo que os fundos documentais das instituições educativas têm ficado dependentes do arbítrio dos agentes responsáveis e dos imprevistos que o tempo e a gestão dos espaços, por vezes exíguos, permitem. (1999, p.75)

Por sua vez, Diana G. Vidal (2005), com base nas observações de Pierre Nora (1993), destaca os arquivos como lugares de memória, lugares duplos enquanto locais de guarda de seus acervos, mas ao mesmo tempo, “constantemente abertos a novas leituras acerca do passado e o presente” (p.19).

Estes lugares necessitam de tratamento adequado, com organização e descarte entendidos como procedimentos complementares, situados dentro de um processo técnico, no campo da arquivística, que exige, dessa forma, o diálogo entre historiadores e arquivistas. Tratando-se da especificidade dos documentos e arquivos escolares, o esforço deve ocorrer no sentido de transformar o arquivo morto em arquivo histórico, ou seja, organizado, catalogado, e funcionalmente integrado ao arquivo corrente, discutindo-se e criando-se, no âmbito da instituição educacional, critérios para conservação e descarte, planos de destinação da documentação, elaborados “para além da lógica administrativa” (p.22), de forma a abranger outros âmbitos que ultrapassem a Secretaria da escola e a norma legal.

No caso do projeto desenvolvido no Colégio Estadual do Paraná, além de literatura especializada e contatos com arquivistas voltados para o trabalho específico com arquivos escolares, há a assessoria de uma arquivista do Arquivo Público do Paraná, quanto a orientações mais técnicas referentes ao tratamento da documentação, e à sua organização.

Houve uma excelente aceitação por parte da direção da Escola, ao projeto, e também por parte das funcionárias responsáveis pelo arquivo e Museu, em um primeiro momento, e depois, pelos demais membros da comunidade escolar, convidados a compor a Comissão Mista do Projeto. Esta Comissão foi proposta pela Coordenação do Projeto, é composta por membros da Escola e da Universidade, e tem o propósito de discutir e decidir questões que surgirão no decorrer do desenvolvimento do projeto, como critérios de descarte ou de doação de material, espaço físico, entre outros.

Em contraste com a realidade da maioria das escolas, o estado de conservação dos arquivos do Colégio Estadual do Paraná é razoável, até permite o manuseio dos documentos. Isso deve-se a várias razões, inclusive relacionadas às suas especificidades históricas. Na escola há seu próprio arquivo histórico, e um outro, do período em que ela foi Divisão Regional de Ensino.

O trabalho está neste momento em fase inicial de separação do material por período, de acordo com os vários momentos históricos por que passou a Escola, e por tipo de documento. Posteriormente, quando for realizada sua catalogação, é que será discutida a

organização dos bancos de dados, que interessam tanto ao CDPHE, quanto à própria Escola, enquanto fonte de pesquisa a ser disponibilizada para consulta e à comunidade.

O arquivo escolar no trabalho do professor e na promoção do diálogo com a comunidade

Na perspectiva de organização, catalogação e preservação do arquivo escolar, e de sua utilização como fonte de pesquisa para a compreensão da história da instituição escolar, ele deixa de ser algo relegado ao esquecimento, a depósitos insalubres, ou mesmo de ser entendido como arquivo morto, algo indesejado e inútil:

[...] integrado à vida da escola, o arquivo pode fornecer-lhe elementos para a reflexão sobre o passado da instituição, das pessoas que a freqüentaram ou freqüentam, das práticas que nela se produziram e, mesmo, sobre as relações que estabeleceu e estabelece com seu entorno (a cidade e a região na qual se insere) (VIDAL, 2005, p.24).

Esta pode ser uma possibilidade muito promissora para a articulação desejada entre ensino, pesquisa e extensão e também de diálogo com a comunidade escolar, por parte da escola.

No trabalho do professor, a discussão passa por sua formação continuada, no estudo e discussão sobre esta nova possibilidade de compreensão e ensino da história, que possibilita enormemente que o aluno e a comunidade escolar percebam-se como agentes históricos, o que implica diretamente na formação para a cidadania.

Tratando-se, porém, da história local como estratégia de aprendizagem para as aulas de História, e do uso de documentos do arquivo escolar como uma das bases para este trabalho, é necessário que o professor conheça adequadamente os limites e as possibilidades que esta combinação pode oferecer, até mesmo para repensar sua prática, a aplicabilidade da proposta em sua realidade de trabalho e como esta poderia ser expandida para a comunidade, em um projeto que envolva a comunidade escolar. Segundo Circe M. F. Bittencourt, “A história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência – escola, casa, comunidade, trabalho e lazer –, e igualmente por situar os problemas significativos da história presente” (2004, p.168).

Porém, cabe esclarecer, como alertam Schmidt e Cainelli “que uma realidade local não contém, em si mesma, a chave de sua própria explicação, pois os problemas culturais, políticos, econômicos e sociais de uma localidade explicam-se, também, pela relação com outras localidades, outros países e, até mesmo, por processos históricos mais amplos”

(2004, p.112). Nesse sentido, o cuidado para evitar o reducionismo e o etnocentrismo deve ser constante. Para tanto, faz-se necessária a articulação contínua e sistemática entre os conteúdos da história local e do tema abordado, com os conteúdos da história nacional e universal.

O eixo temático que pode orientar o desenvolvimento desta proposta é a história da instituição escolar e/ou da comunidade escolar que por ali passou. São muitos os recortes possíveis, partindo-se dessas questões, e o arquivo escolar é apontado como uma das bases de fontes documentais – tomando-se as devidas precauções de acesso aos documentos, tanto técnicas quanto legais e éticas – que viriam a subsidiar esse trabalho.

O trabalho do professor exigirá, neste caso, domínio de metodologias adequadas, para que possa selecionar e utilizar adequadamente as diferentes fontes possíveis para subsidiar o trabalho, tanto em sala de aula – como discute Ferraz (1999) –, quanto no caso do projeto maior. Como também ressalta Bittencourt (2004), “os documentos [...] são registros produzidos sem intenção didática e criados por intermédio de diferentes linguagens, que expressam formas diversas de comunicação. São muito variados quanto à origem e precisam ser analisados de acordo com suas características de linguagem e especificidades de comunicação” (p.333).

Podem ser utilizados nessa proposta desde documentos oficiais, advindos do arquivo escolar, até aqueles mais diversos, conforme o tema e recorte escolhidos – práticas escolares, um período, fato ou evento específico, questões de gênero, trabalho docente, entre outros – como fotografias, recortes de jornais e revistas, diários de classe, cadernos de alunos, provas, além dos registros documentais, os mais variados, que podem ser trazidos pelos alunos para subsídio da discussão. A fonte oral, como esclarece Ranzi (2001), também deve ser considerada como possibilidade, quando se trata da história e memória de uma instituição escolar e da comunidade que por ali passou, construindo e constituindo, portanto, essa história.

Como lembram Schmidt e Cainelli (2004), este trabalho exige que o professor “amplie sua concepção e o uso do próprio documento. [...] também deve rever seu tratamento, buscando superar a compreensão de que ele serve apenas como ilustração da narrativa histórica e de sua exposição, de seu discurso” (p.95).

Assim, o domínio destas metodologias passa pela formação inicial e continuada do professor, e a colaboração efetiva da Universidade nesta parceria, na inserção destas questões na formação do professor, e na produção de pesquisas e materiais que possam contribuir com a difusão e discussão destas propostas, subsidiando-as, é fundamental.

No caso das disciplinas de Metodologia e de Prática de Ensino de História, por exemplo, um tratamento mais efetivo dessas possibilidades de desenvolvimento do trabalho pedagógico do professor em sala de aula poderia contribuir para subsidiar minimamente sua reflexão e inserção gradativa nas aulas de História, nas escolas. Atividades de estágio também poderiam ser orientadas sob este prisma, o que, além de permitir ao aluno observar e discutir as possibilidades e limites de efetivação das atividades na prática escolar, diante de classes e da infra-estrutura real das escolas públicas, também contribuiria para a discussão com o professor supervisor, que o acompanha na escola, a respeito dessas possibilidades.

Um aspecto em geral pouco valorizado nas Universidades, e cujo enfrentamento se mostraria bastante profícuo neste caso seria a proposição de projetos de extensão, que poderiam ter diversos âmbitos, desde aqueles voltados para a formação continuada de professores da rede pública, como cursos de extensão ou grupos de estudo, como também aqueles desenvolvidos na e com a escola, como aqueles já mencionados, voltados para a história e a memória da instituição escolar e/ou da comunidade que por ali passou.

Tanto nas atividades desenvolvidas pelo professor de História, quanto em um projeto de extensão maior, a comunidade que já passou pela instituição escolar, como alunos, professores, funcionários diversos, pode ser diretamente envolvida. Há diversas alternativas para isso, dependendo das possibilidades de infra-estrutura, disponibilidade, parcerias e interesse da comunidade escolar atual, em especial do corpo docente, para sua proposição. Algumas delas seriam, como já indicado, desde atividades restritas à sala de aula, em uma única disciplina, a projetos que envolvam várias disciplinas; exposições; projeto de organização, conservação e catalogação do arquivo escolar; projetos de pesquisa articulados à Universidade; projeto de reconstrução da história e memória da instituição e da comunidade escolar, que tanto pode ser proposto e conduzido pela Universidade, como feito em parceria com a escola (desejável), e que tenha um desdobramento como extensão, por meio do convite e envolvimento da comunidade que passou pela escola na contribuição para essa história e memória, com seus objetos, documentos, registros e depoimentos, por exemplo.

Neste caso, destaca-se a iniciativa do Curso de Extensão intitulado “Pesquisa em História da Educação e Ensino de História”, ofertado nos meses de setembro e outubro, em uma parceria do CDPHE e do Projeto do Programa Licenciatura, a 50 alunos de História e Pedagogia da UFPR e professores da rede pública de ensino, cujo objetivo principal é

“apresentar pesquisas, temas e fontes da área de História da Educação e discutir possibilidades de seu uso no Ensino de História”.

Em seis módulos do Curso, há quatro docentes envolvidos, e dois módulos são voltados para arquivos e museus escolares, e um, aos documentos e seus usos no ensino de História. Pretende-se que o Curso de Extensão seja ofertado a cada ano, com outros módulos, e com a participação de outros docentes.

Além disso, o projeto do Programa Licenciatura pretende articular as leituras e reflexões realizadas sobre o tema, com as discussões desenvolvidas no Curso, para sintetizá-las em material escrito a ser divulgado posteriormente. Se possível, também reflexões que advenham do grupo de estudo, formado a partir de alunos do Curso de Extensão.

Considerações finais

As iniciativas e projetos relativos aos arquivos escolares, aqui brevemente apresentados, embora ainda em desenvolvimento, têm como base uma discussão que vem ganhando espaço no campo da História da Educação, em especial quanto à questão das fontes e sua preservação.

Acredita-se, porém, que além disso, os arquivos escolares podem – e os limites dessa possibilidade exigem uma discussão uma possibilidade muito maior de ação que as almejadas articulações entre pesquisa, ensino e extensão, e entre escola e comunidade, podem ser construídas e fomentadas, no longo prazo, dados os inúmeros desdobramentos possíveis, por meio do eixo escola e arquivo escolar.

Embora apenas se desenhe esta possibilidade, uma vez que há necessidade de desenvolvimento de metodologia específica, que evidencie mais claramente como explorar e aplicar todo o potencial desta proposição, já se percebe um movimento neste sentido.

Referências

BITTENCOURT, Circe M. F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004. Coleção Docência em Formação.

CHARTIER, Roger. **A história cultural. Entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1988.

FERRAZ, Francisco C. A. Uma agenda alternativa para o debate sobre o uso escolar das fontes históricas. In: SCHMIDT, Maria A. e CAINELLI, Marlene R. (orgs.) **III Encontro Perspectivas do Ensino de História**. Curitiba: UFPR/ Aos Quatro Ventos, 1999, p.682-692.

FONSECA, Thaís N. L. História da Educação e História Cultural. In: VEIGA, Cynthia G. e FONSECA, Thaís N. L. (orgs.) **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.49-76.

LUPORINI, Teresa J. Os “lugares da memória” enquanto objeto da educação histórica. In: SCHMIDT, Maria A. e CAINELLI, Marlene R. (orgs.) **III Encontro Perspectivas do Ensino de História**. Curitiba: UFPR/ Aos Quatro Ventos, 1999, p.544-554.

MAGALHÃES, Justino. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: SOUSA, Cynthia P. e CATANI, Denice B. (orgs.) **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras, 1998, p.51-69.

_____. Contributo para a História das Instituições Educativas – entre a memória e o arquivo. In: FERNANDES, Rogério e MAGALHÃES, Justino (orgs.) **Para a História do Ensino Liceal em Portugal: Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895)**. Braga, Portugal: Universidade do Minho, 1999, p.63-77.

MENEZES, Maria C. A constituição do arquivo escolar em lugar de memória e estudo da escola brasileira. In: VII CONGRESO IBEROAMERICANO DE HISTORIA DE LA EDUCACIÓN LATINOAMERICANA. **Anais...** Quito, Equador, 2005, 9p. CD-ROM.

MOGARRO, Maria J. Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas. Preservar a informação, construir a memória. **Pro-Posições**, v.16, n.1 (46), p.103-116, jan/abr-2005.

MORAES, Carmem S. V. e ALVES, Júlia F. (orgs.) **Contribuição à pesquisa do ensino técnico no Estado de São Paulo: inventário de fontes documentais**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2001(?).

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, vol.10, p.7-28, dez/1993.

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação? **Educar em Revista**, Curitiba, UFPR, nr.18, p.13-28, 2001.

RANZI, Serlei M.F. Fontes orais, História e saber escolar. **Educar em Revista**. Curitiba, UFPR, nr.18, p.29-42, 2001.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.9, nr.17, p.85-91, 1996.

SCHMIDT, Maria A. e CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004. (Pensamento e ação no magistério)

VIDAL, Diana G. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa F. e VALDEMARIN, Vera T. (orgs.) **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**. Campinas, SP: autores Associados, 2005. Apoio: Unesp/FCLAr, p.3-30.

_____. e ZAIA, Iomar B. De arquivo morto a permanente: o arquivo escolar e a construção da cidadania. In: MORAES, Carmem S. V. e ALVES, Júlia F. (orgs.) **Contribuição à pesquisa do ensino técnico no Estado de São Paulo: inventário de fontes documentais**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2001(?), p.33-42.